



William Waack

## A Lava Jato como assombrança

O sepultamento jurídico da Lava Jato foi consumado bem antes de a operação completar agora seus dez anos. O enterro político tem se revelado mais difícil.

No lado jurídico, a derrota da Lava Jato apresenta aspectos específicos do campo do Direito, resumidos na frase “não se deve cometer crimes para combater crimes”. Mas envolve uma monumental disputa entre poderes institucionais: qual deles exerceria uma “tutela” sobre sociedade e política.

Como supremo poder, o STF se sentiu acuado e atacado pela Lava Jato e pelo Ministério Público (nem se trata dos rumos

res em torno de uma “Lava Toga”). Afinal, quem “faz história” e protege uma sociedade hipossuficiente, a que não é capaz de se defender sozinha?

Em parte é a esse entendimento que o STF chegou quanto ao seu papel mais geral. Por ironia, era também o entendimento dos expoentes da Lava Jato quanto ao seu papel específico frente ao sistema político. Entregue a si mesma – acreditava-se e acreditou-se –, a política só produziria mais danos à sociedade, daí o controle a ser exercido pelos “homens de preto”.

Nesse sentido, é “game over”, pois tem sido o STF essa espécie de “regulador” da política

além do que possa ser um preceito constitucional. Ocorre que a Lava Jato é um fenômeno político e social de grande amplitude, no qual a indignação pela corrupção endêmica é só o aspecto mais visível.

### A operação foi declarada morta e enterrada, mas seu fenômeno político persiste

A força do fenômeno reside no descontentamento de vastas camadas da sociedade frente “ao que está aí”, entendido

como um sistema a partir do poder público que é predatório do ponto de vista do empreendedor, injusto do ponto de vista do contribuinte, perverso do ponto de vista de quem precisa de saúde e segurança (pois gasta demais e entrega de menos).

No empenho de Lula e do PT em reescrever o passado está implícita a noção de que não é possível apagar a Lava Jato da memória coletiva (como não é possível apagar a pandemia, por exemplo). Daí o esforço de empurrar goela abaixo, com forte contribuição também do STF, a interpretação de que foi uma ocorrência maléfica, não só do ponto de vista jurídico, mas para a econo-

mia e a política brasileiras.

O problema é o choque brutal entre a proposta de ação política de reescrever o passado e a realidade. Para enorme parte da população, a Lava Jato (com ou sem erros) continua simbolizando um esforço para mudar “o que está aí”, além de combater corrupção, enquanto instâncias jurídicas e políticas permanecem fixas no plano desse imaginário político como pilares para deixar tudo como sempre foi.

É possível enterrar um morto, mas difícil se livrar da assombrança. ●

JORNALISTA E APRESENTADOR DO PROGRAMA WW, DA CNN

SEG. Carlos Pereira e Diego Schepel (quizenalmente) • TER. Eliane Cantanhêde • QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quizenalmente) • QUL. William Waack • SEX. Eliane Cantanhêde • DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

## Câmara

## Em revés para Lula, bolsonaristas fiéis vão presidir CCJ e Educação

Caroline de Toni foi eleita para a principal comissão da Casa e Nikolas Ferreira ocupa colegiado da educação; PT sai derrotado

## BRASÍLIA

A deputada bolsonarista Caroline de Toni (PL-SC) assumiu ontem a presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. Foram 49 votos a favor. A posse da parlamentar no cargo representa um revés para o governo Lula, que terá de conviver este ano com uma oposicionista no comando do principal colegiado da Casa. Segunda mulher a presidir a CCJ, ela prometeu uma gestão “com equilíbrio”.

A Comissão de Educação será presidida por outro parlamentar fiel ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) foi eleito com 22 votos favoráveis. Petistas alegaram que o PL quebrou o acordo estabelecido e fez a indicação de última hora para tentar barganhar com o partido a vice-presidência na Comissão de Saúde.

O Palácio do Planalto tentou evitar que Caroline assumisse a CCJ. Nos bastidores, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e outros líderes do Centrão chegaram a avaliar

que a parlamentar era polêmica demais para o posto, mas o PL manteve a indicação.

Em público, contudo, petistas endossaram o nome de Caroline. “Se causa surpresa em alguém a bancada do PT estar votando hoje (ontem) na Caroline de Toni para presidente desta comissão, essa surpresa não deveria ocorrer. Sabendo que o PL tem a maior bancada da Câmara, não nos cabe interferir na decisão interna do partido”, declarou o deputado Rubens Pereira Jr. (PT-MA).

“Deputada, a senhora terá todo o nosso respeito”, afirmou o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), se dirigindo a Caroline. A nova presidente da CCJ é conhecida na Câmara por trabalhar pela aprovação do chamado Estatuto do Nascituro, um projeto que proíbe o aborto no País em qualquer caso. A proposta enfrenta forte resistên-

cia da esquerda. Hoje, a interrupção da gravidez é permitida quando a gestação representa um risco para a mulher, quando é resultado de estupro e nos casos em que o feto é anencefálico.

“EQUILÍBRIO”. Caroline também fez acenos. “Podem ter a certeza de que eu encarei com muita responsabilidade essa posição institucional, com uma gestão com transparência, equilíbrio, ouvindo todas as bancadas, como tem de ser, respeitando o princípio de proporcionalidade que rege todo o regimento interno da Câmara, o que também deve se refletir na pauta da comissão”, afirmou.

Após o PL escalar nomes polêmicos para presidir as comissões a que tem direito na Câmara, o governo orientou as siglas da base aliada a retirarem suas indicações e não marcarem presença. Lira e os líderes partidários, porém, decidiram manter a abertura dos trabalhos.

Comandar as principais comissões da Câmara é sinal de prestígio e influência. Os colegiados analisam projetos antes de eles serem votados no plenário. Pela CCJ passam todas as propostas de emenda à Constituição (PECs). ● JANDER PORCELA, GIORANNA NEVES E LEVY TELES

## Supremo

## Nunes Marques nega habeas corpus ‘coletivo’ a presos do 8 de Janeiro

## PEPITA ORTEGA

O ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal, negou um habeas corpus coletivo do Instituto Nacional Brasileiro de Desenvolvimento Humano, Sustentável, Social e Político (INBDS) com pedido para colocar em liberdade todos os presos pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. A solicitação previa a aplicação de medidas cautelares alternativas.

O magistrado evocou a jurisprudência da Corte segundo a qual é inadmissível habeas corpus contra decisão de ministro do STF, no caso, Alexandre de Moraes. A entidade ainda pedia que o Supremo remetesse as ações e investigações sobre o episódio para a primeira instância da Justiça Federal.

O pedido se deu em nome de todos os presos pelo 8 de Janeiro, mas citou, em específico, dois réus pelos atos golpistas: o primeiro sentenciado pelo Supremo, o ex-funcionário da Sabesp Aécio Lúcio Costa Pereira; e Wagner de Oliveira, que responde a ação penal sob acusação de integrar o núcleo dos “executores materiais” dos crimes do 8 de Janeiro.

“PAZ”. No documento distribuído ao gabinete de Kassio Nunes Marques, o INBDS evocou o “momento politicamente de paz que Brasil passa” e argumentou que “cessaram as graves ameaças ou falácias contra

### Bolsonaro pede acesso a depoimentos de ex-comandantes

O ex-presidente Jair Bolsonaro pediu ao Supremo Tribunal Federal acesso aos depoimentos dos ex-comandantes do Exército, general Marco Antônio Freire Gomes, e da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Carlos Baptista Júnior, na Operação Tempus Veritatis, que apura suposta tentativa de golpe de Estado. A defesa de Bolsonaro diz que os depoimentos dos militares são “cruciais”.

Freire Gomes confirmou à PF a participação em reuniões, com a presença de Bolsonaro, nas quais foi discutida uma “minuta de golpe”. Baptista Júnior também teria seguido a linha de depoimento do general. A solicitação foi encaminhada ontem ao gabinete do ministro Alexandre de Moraes, relator da investigação. ● P.D. e FAUSTO MACEDO

o estado de direito”. O Instituto sustentou que o STF deveria “desaplicar o direito penal do inimigo e aplicar o direito penal mínimo” ao caso dos investigados do 8 de Janeiro.

Kassio Nunes Marques foi o primeiro indicado para o Supremo por Jair Bolsonaro (PL), em outubro de 2020. Em julho do ano seguinte ele indicou André Mendonça para a Corte. ●

## Emendas de comissão

**R\$ 11 bi** é o valor previsto no Orçamento da União para as emendas de comissão

**R\$ 5,6 bi** foram vetados pelo presidente Lula ao sancionar a lei orçamentária